

II) Actividade pedagógica — experiência docente no ensino superior, responsabilidade por aulas teóricas, práticas, laboratoriais, seminários, orientação de projectos e estágios, orientação de Trabalhos Finais de Mestrado e outros trabalhos académicos; será pontuado de zero a trinta e cinco pontos; serão particularmente valorizadas as actividades pedagógicas exercidas no grupo de disciplinas em que é aberto o concurso.

III) Actividade científica — participação em actividades científicas e em projectos de I&D, nível de responsabilidade, publicações, comunicações, participação em congressos e em reuniões científicas; será pontuado de zero a trinta e cinco pontos; serão particularmente valorizadas as actividades científicas exercidas no grupo de disciplinas em que é aberto o concurso

IV) Actividade de apoio à gestão ou gestão no Ensino Superior; será pontuado de zero a dez pontos.

Serão especialmente valorizados dos itens anteriormente referidos, os considerados mais adequados à área para que o concurso é aberto. No que se refere às actividades mencionadas, essa apreciação terá em conta o trabalho desenvolvido, sua qualidade, duração das actividades e actualidade das mesmas.

8.2 — Constitui critério de preferência a experiência lectiva no Ensino Superior de pelo menos 3 anos de serviço efectivo na área e âmbito em que é aberto o concurso.

9 — Se o júri entender oportuno, os candidatos poderão ser convocados para entrevista, que apenas servirá para aclarar dúvidas sobre a prova documental produzida.

10 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Maria Paula Alves Robalo, Professora-Coordenadora, do quadro do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Lisboa;

Vogais efectivos:

Doutor Manuel José de Matos, Professor-Coordenador do quadro do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Lisboa;

Mestre Maria Alice Catarino, Professora-Adjunta do quadro do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Lisboa;

Vogal suplente — Doutor João Fernando Pereira Gomes, Professor-Coordenador do quadro do Instituto Superior de Engenharia do Instituto Politécnico de Lisboa.

24 de Julho de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Carlos Lourenço Quadrado*.

202101733

### Edital n.º 777/2009

1 — Faz-se público que, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 22 de Julho de 2009, no uso de competência própria, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, conjugadas com a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 26.º do Despacho Normativo n.º 20/2009, de 13 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 21 de Maio de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 5.º, 7.º, n.º 1, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 16.º, 21.º, 24.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso documental para provimento de um lugar de Professor Adjunto do mapa de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, de acordo com o artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na área científica de Engenharia Civil, para a unidade curricular de Química.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento deste posto de trabalho, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no n.º 1 do artigo 7.º e nos artigos 15.º, 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho — Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Rua do Conselheiro Emídio Navarro, 1, 1950-007 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone, graus académicos e respectivas clas-

sificações finais, bem como todos os elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguintes documentos:

*a*) Documento comprovativo em como se encontra nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se for caso disso;

*b*) Certificado de habilitações;

*c*) Certidão de nascimento;

*d*) Fotocópia do bilhete de identidade

*e*) Certificado do registo criminal;

*f*) Atestado e certificado referidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;

*g*) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;

*h*) Quatro exemplares do *curriculum vitae*, detalhado, datado e assinado;

*i*) Quatro exemplares dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*;

*j*) Quatro exemplares dos diplomas dos cursos referidos no *curriculum vitae*;

*k*) Lista detalhada da documentação apresentada.

6.1 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *c*), *e*), *f*) e *g*) aos candidatos que declararem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

6.2 — Aos candidatos que venham exercendo funções neste Instituto é dispensada a apresentação dos documentos e da declaração referida no número anterior, desde que possuam os documentos pedidos no seu processo individual.

7 — Critérios de selecção e ordenação dos candidatos:

7.1 — Constitui requisito preferencial a posse de Mestrado em Engenharia Sanitária no âmbito dos Indicadores de Produção e Reciclagem de Resíduos.

7.2 — Mérito pedagógico do *curriculum vitae*, dos candidatos, no que respeita à docência das componentes teórica, teórico-práticas e experimental da unidade curricular de Química para Engenharia Civil no ensino superior, em particular no ensino superior politécnico e de disciplinas no âmbito das Ciências dos Materiais do ensino superior, em particular no ensino superior politécnico.

7.3 — A posse de pelo menos três anos de docência no ensino superior politécnico no domínio da unidade curricular de Química no âmbito de engenharia civil, na categoria em que é aberto o concurso. Para efeito da contagem do serviço docente efectivo, os candidatos deverão fazer constar no seu processo de candidatura todos os documentos oficiais comprovativos que atestem a unidade curricular leccionada e a respectiva carga horária semanal, bem como o período durante o qual foi leccionada;

8 — O júri reserva-se o direito de poder entrevistar os candidatos para uma melhor apreciação da prova documental produzida.

9 — O júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Maria Helena Ferreira Marecos do Monte, Professora-Coordenadora do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Vogais efectivos:

Mestre Manuel Brazão Farinha, Professor-Adjunto do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Mestre João Barrento da Costa, Professor-Adjunto do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

Vogal suplente — Mestre Maria Manuela Eliseu Gonçalves, Professora-Adjunta do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

24 de Julho de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Carlos Lourenço Quadrado*.

202099726

### Edital n.º 778/2009

1 — Faz-se público que, por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 22/07/2009, no uso de competência própria, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro, conjugadas com a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 26.º do Despacho Normativo n.º 20/2009 de 13 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 98, de 21 de Maio de 2009, e de acordo com o disposto nos artigos 7.º, n.º 2, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 22.º, 24.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 185/81 de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de